

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Programa de Pós-graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e
Sociedade (CPDA)



**Relatório com as principais notícias divulgadas pela mídia relacionadas com a
agricultura**

**Área Temática: Crédito para a Agricultura Familiar
Período de Análise: janeiro de 2011.**

Mídias analisadas:

Jornal Valor Econômico
Jornal Folha de São Paulo
Jornal O Globo
Jornal Estado de São Paulo
Sítio eletrônico do MDS
Sítio eletrônico do MDA
Sítio Eletrônico do MMA
Sítio eletrônico do INCRA
Sítio eletrônico da CONAB
Sítio eletrônico do MAPA
Sítio eletrônico da Agência Carta Maior
Sítio Eletrônico da Fetraf
Sítio Eletrônico da MST
Sítio Eletrônico da Contag
Sítio Eletrônico da Biodiesel BR
Sítio Eletrônico da CNA
Sítio Eletrônico da CPT
Revista Globo Rural
Revista Isto é Dinheiro Rural
Agroanalysis
Carta Capital
Biodiesel Br

Índice

Dança das cadeiras ameaça política agrícola - Mauro Zanatta - Valor Econômico - Agronegócios - 12-01/2011.....	3
Presidente da CNA defende atualização do Modelo de Política Agrícola - Sítio Eletrônico da CNA - 25/01/2011.....	4
Contratações de crédito agrícola continuam aquecidas - Sítio eletrônico do MAPA - 25/01/2011.....	5
Produtores terão mais prazo para contratar financiamentos - Sítio eletrônico do MAPA - 28/01/2011	6

Dança das cadeiras ameaça política agrícola – Mauro Zanatta – Valor Econômico – Agronegócios – 12-01/2011

As esperadas mudanças no segundo escalão e nas empresas estatais ameaçam deixar o setor rural sem alguns de seus principais formuladores na política agrícola. No momento em que produtores e industriais reclamam mais mediação do Estado, além de uma ampla reforma das regras de financiamento e comercialização, estão no jogo político cargos-chave nos ministérios da Agricultura, Fazenda, Desenvolvimento Agrário, na Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) e Banco do Brasil.

A pressão dos alimentos sobre os índices de inflação nos próximos meses, a administração de uma nova safra recorde e as gestões do setor privado por recursos e subsídios exigirão planejamento e sintonia fina na execução das políticas públicas para o setor em 2011. E a “dança das cadeiras” na Esplanada dos Ministérios, alertam dirigentes do setor de forma reservada, pode comprometer um ano de bons resultados. “Não é hora para mudanças bruscas”, diz um líder ruralista. “Ganhamos dinheiro em 2010, fomos bem. Mas essa área é sensível. Não queremos ver esses cargos como moeda de troca de partidos”, afirma um dirigente.

No Ministério do Desenvolvimento Agrário, o secretário de Agricultura Familiar, Adoniram Sanches Peraci, deixou o posto para assumir cargo no escritório regional da FAO, braço das Nações Unidas na área, em Santiago do Chile. Em seu lugar, deve assumir o coordenador internacional do ministério, Laudemir Müller. Peraci foi responsável pela abertura do MDA às grandes cooperativas agropecuárias, que têm milhares de médios produtores associados. Antes, apenas cooperativas de pequenos produtores tinham acesso a subsídios e programas com juros baixos operados pelo MDA.

A difícil troca de ministros já tinha causado questionamentos de movimentos sociais da agricultura familiar e da reforma agrária. Um dos principais formuladores do governo na área, o secretário de Política Agrícola do Ministério da Agricultura, Edilson Guimarães, também deve deixar o posto ocupado desde 2006. Há fortes pressões do PMDB para instalar um afilhado em seu lugar. Está cotado o superintendente de Operações Comerciais da Conab, João Paulo de Moraes Filho, que se tornou próximo do ministro Wagner Rossi e do presidente da empresa, Alexandre Magno Aguiar. Mas a bancada na Câmara se movimenta para indicar nomes.

Na Conab, o diretor de Política Agrícola, Silvio Porto, luta para virar presidente. Apoiado por ministros do PT, movimentos sociais e parte do setor privado, Porto responde pela “c o s t u r a” das políticas na agricultura familiar. Mas a briga partidária pode comprometer essa formulação setorial, sobretudo no Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), que deve ter orçamento de R\$ 2 bilhões.

O secretário-executivo da Agricultura, Gerardo Fontelles, um dos mais respeitados especialistas do governo, também deve ceder o cargo a um nome mais próximo de Rossi. O principal cotado é o atual chefe de gabinete do ministro, Milton Elias Ortolan. Mas a bancada na Câmara quer emplacar o deputado Silas Brasileiro (PMDB-MG).

No Banco do Brasil, uma disputa de bastidores pela vice-presidência de Agronegócios também pode “esterilizar” outro preparado formulador da política

agrícola. O atual ocupante, o ex-ministro Luís Carlos Guedes Pinto, enfrenta a candidatura do secretário-adjunto de Política Econômica da Fazenda, Gilson Bittencourt, cujo preparo técnico o credencia para reivindicar o posto. Ele tem apoio de ministros do PT, mas a bancada ruralista é contrária ao seu nome.

Presidente da CNA defende atualização do Modelo de Política Agrícola – Sítio Eletrônico da CNA - 25/01/2011

Brasília (25/01/2011) – A presidente da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), senadora Kátia Abreu, defendeu a atualização da política agrícola brasileira como forma de viabilizar a atividade agropecuária, especialmente aquela que é desenvolvida pela classe média rural. O assunto foi tratado em reunião com o ministro da Agricultura, Wagner Rossi, hoje, na sede da CNA, em Brasília.

A senadora lembrou ao ministro que o fortalecimento do setor agrícola depende de uma política moderna que reúna mecanismos públicos de subvenção e instrumentos privados de mercado, como os contratos futuros e de opções. “Nós queremos profissionalizar o produtor rural e, para isso, precisamos atualizar a política agrícola brasileira”, afirmou.

Para ela, o atual modelo de política agrícola não atende às demandas do setor agropecuário. As conseqüências negativas do modelo em vigor são a diminuição no número de agricultores responsáveis pela maior parte da produção nacional e o aumento da parcela de agricultores que está perdendo renda.

Diante dessa situação, a senadora pediu ao ministro Wagner Rossi que a atualização da política agrícola seja tratada como “questão de Estado” pelo governo da presidente Dilma Rousseff. O ministro concordou com a necessidade de atualização do modelo de política agrícola e lembrou que a determinação da Presidente da República é que o governo dê respostas rápidas e eficientes às

demandas do setor produtivo.

No encontro, a presidente da CNA também defendeu a revisão das legislações trabalhista, ambiental e sanitária. “Nós precisamos solucionar a legislação nessas três áreas para que seja possível lançar um selo de alimento saudável, para que todos os consumidores tenham confiança quando estiverem comprando alimento brasileiro”, afirmou.

Na CNA, o ministro recebeu informações sobre o andamento do Projeto Biomas, desenvolvido em parceria com a Embrapa (Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária) com o propósito de estimular a produção sustentável de alimentos a partir da identificação dos potenciais de uso da terra em cada um dos biomas brasileiros. Além de assessores do ministro, participaram da reunião os vice-presidentes da CNA, Ademar da Silva Júnior, Fábio de Salles Meirelles Filho, Júlio da Silva Rocha Júnior, José Ramos Torres de Melo Filho, Homero Pereira e Carlos Sperotto.

Contratações de crédito agrícola continuam aquecidas – Sítio eletrônico do MAPA – 25/01/2011

Aplicações atingem R\$ 50,8 bilhões, de julho a dezembro passado, o que representa cerca de 51 % do total programado no Plano Agrícola e Pecuário 2010/2011

Destaque para agroindústria que aplicou R\$ 4,6 bilhões (Foto: Saulo Cruz)

O agronegócio continua operando fortemente com o crédito rural e demonstra confiança na rentabilidade do setor. Dos recursos disponíveis pelo governo federal no Plano Agrícola e Pecuário (PAP) 2010/2011 para financiar a agricultura empresarial cerca de R\$ 9 bilhões foram contratados em dezembro do ano passado. Este valor é 37% superior ao aplicado no mesmo período de 2009. As contratações no acumulado de julho a dezembro de 2010 registraram R\$ 50,8 bilhões, o que representa crescimento de 18,6% em relação ao mesmo período no ano anterior.

Os dados divulgados nesta segunda-feira, 24 de janeiro, fazem parte da atualização realizada pelo Grupo de Acompanhamento e Análise do Crédito Rural (GACR), coordenado pela Secretaria de Política Agrícola do Ministério da Agricultura. O GACR é composto por representantes dos ministérios da Agricultura,

Fazenda e Planejamento, Secretaria do Tesouro Nacional, Banco Central e instituições financeiras.

Os segmentos que apresentaram destaque continuam sendo o agroindustrial e o de cooperativas. Foram aplicados no setor agroindustrial R\$ 4,6 bilhões. As aplicações em financiamento de investimentos e capital de giro do setor cooperativista atingiram R\$ 2,3 bilhões.

Diante desse resultado, a expectativa é de que o montante aplicado nessa temporada supere o da safra 2009/2010. Na avaliação do coordenador-geral de Análises Econômicas do Ministério da Agricultura, Marcelo Guimarães, a média mensal de aplicação nos últimos seis meses foi aproximadamente 19% superior ao verificado no mesmo período da safra anterior. “Isso demonstra um aquecimento e confiança dos agentes do agronegócio brasileiro”, complementa.

As aplicações nos programas destinados ao custeio e à comercialização, a juros fixos de 6,75% ao ano, ultrapassaram R\$ 30 bilhões. Os financiamentos para investimentos somaram R\$ 12 bilhões. Os programas de investimentos agrícolas dão base para o crescimento sustentado do agronegócio, com aquisições de máquinas e implementos agrícolas, o que melhora a produtividade e a produção da atividade agropecuária. “O agricultor tem aproveitado as condições favoráveis de financiamento para aumentar e desenvolver a capacidade produtiva de sua propriedade”, afirma Marcelo Guimarães. Confira a [tabela](#) de aplicação dos recursos do crédito agrícola.

Produtores terão mais prazo para contratar financiamentos – Sítio eletrônico do MAPA – 28/01/2011

Conselho Monetário Nacional aprova alteração da data de vencimento da linha de crédito para 30 de junho de 2011. São R\$ 50 milhões para operações na bolsa de mercadorias e futuros

Laila Muniz, com informações do Ministério da Fazenda

Produtores e cooperativas de café terão mais prazo para contratar financiamentos destinados a operações de vendas futuras do produto. O Conselho Monetário Nacional (CMN) aprovou a prorrogação da data de vencimento da linha de crédito para 30 de junho de 2011. Antes, o limite para contratação era 1º de dezembro de 2010. “O governo identificou que ainda há demanda pelo financiamento, já que o preço do grão está favorável no mercado internacional, e queremos estimular a participação dos produtores nos mercados futuros e de opções”, informa o diretor do Departamento do Café do Ministério da Agricultura, Robério Silva.

A linha de crédito de R\$ 50 milhões foi criada em agosto de 2010. Os recursos do Fundo de Defesa da Economia Cafeeira (Funcafé) do Ministério da Agricultura

podem ser usados para o financiamento de margens de garantia e de ajustes diários em operações de vendas futuras, realizadas por bolsas de mercadorias e de futuros. A margem de garantia é o valor exigido de todos os clientes para cobrir os riscos dos contratos em aberto. Os ajustes diários são decorrentes das oscilações de preços do produto negociado, com base nas expectativas de oferta e demanda desse mercado.

O crédito também pode ser utilizado na aquisição de prêmios de contratos de opções de venda. Opção é uma modalidade de contrato futuro em que se negocia determinada commodity por um preço pré-fixado. **Estoques públicos** O CMN aprovou também a ampliação do prazo para que indústrias de café possam acessar o recurso do Fundo de Aquisição de Café (FAC) para compra de estoques públicos do produto. O prazo passou de 30 de janeiro para 30 de abril de 2011. Hoje, existem 486 mil sacas de café no estoques do Funcafé. O Conselho ainda criou linha de crédito de investimento para a recuperação de lavouras de café atingidas por granizo em Minas Gerais, a partir de 1º de outubro do ano passado. Cada produtor terá R\$ 400 mil de limite de empréstimo com prazo de pagamento de seis anos. O fundo tem R\$ 40 milhões disponíveis para a concessão do crédito. O novo prazo é até 30 de abril deste ano. “Temos que ficar atentos a problemas climáticos que podem atingir regiões localizadas e estarmos prontos a agir para proteger os produtores afetados”, diz Silva. **Cacau**

A renegociação de dívidas dos produtores de cacau também teve seu prazo alterado pelo CMN. Os interessados terão agora até 31 de maio de 2011 para manifestarem interesse em aderir ao processo de renegociação; até 30 de junho de 2011 para a liquidação da operação ou amortização mínima exigida do mutuário como condição para renegociação de suas dívidas; e os agentes financeiros até 31 de julho de 2011 para formalizarem as renegociações. Acesse a [íntegra dosvotos agrícolas](#) do Conselho Monetário Nacional

Coordenador
Sergio Leite

Pesquisadores

Georges Flexor, Jorge Romano, Leonilde Medeiros, Nelson Delgado, Philippe Bonnal, Renato S. Maluf, Lauro Mattei, Ademir A. Cazella e Claudia Job Schmitt

Assistentes de Pesquisa

Karina Kato, Silvia Zimmermann, Catia Grisa e Valdemar João Wesz Junior

Secretária

Diva de Faria

oppa Observatório de Políticas
Públicas para a Agricultura

CPDA

Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais
em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade
UFRRJ • Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Endereço: Av. Presidente Vargas, 417 / 8º andar
Centro Rio de Janeiro - RJ CEP 20071-003

Telefone: 21 2224 8577 – r. 214

Fax: 21 2224 8577 – r. 217

Correio eletrônico: oppa@ufrj.br

Sítio eletrônico: www.ufrj.br/cpda/oppa

Apoio



actionaid



NEAD

Ministério do
Desenvolvimento Agrário

